



XXVII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Luanda, 3 de junho de 2022

Comunicado Final

1. A XXVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu em Luanda, no dia 3 de junho de 2022, e contou com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, ou seus representantes, da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor-Leste, e do Secretário Executivo da CPLP.
2. Esteve também presente na reunião, como convidado na qualidade de Observador Associado, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Namíbia em Angola, Patrick Nandago.
3. O Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Tété António, conduziu os trabalhos na condição de presidente em exercício do Conselho de Ministros e anfitrião da Reunião.
4. No debate geral sobre o tema «A Cooperação Económica na CPLP», os Ministros reconheceram o contributo ímpar da cooperação económica e empresarial para o desenvolvimento económico e social dos países da CPLP, em particular no atual contexto pós-pandémico, cujos desafios e oportunidades incentivam ao reposicionamento estratégico para, também ao nível multilateral, se traçarem novos objetivos e soluções que respondam aos desafios da transformação digital, da revolução tecnológica, da emergência climática e da alteração do paradigma da globalização.
5. Os Ministros congratularam-se com a realização da I Reunião Conjunta de Ministros da Economia, do Comércio e das Finanças, em Luanda (híbrido), a 29 de abril de 2022, que aprovou a «Agenda estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027»;

Sublinharam a importância da adoção daquela agenda estratégica, que visa uma ação multilateral integrada em matéria de promoção do comércio e investimento, da capacitação institucional e empresarial, da melhoria dos mecanismos de financiamento e apoio à internacionalização, e do reforço da competitividade e dos sistemas de propriedade industrial, com especial atenção às micro, pequenas e médias empresas;

Congratularam-se, igualmente, com a constituição do Fórum das Agências de Promoção do Comércio e Investimento da CPLP, em Luanda, a 18 de fevereiro de 2022, tendo considerado que a cooperação em rede entre as agências de promoção do comércio e do investimento dos Estados-Membros é fundamental para promover o intercâmbio de boas práticas, iniciativas de formação e capacitação institucional, bem como ações conjuntas ou coordenadas em matéria de captação de investimento,

particularmente desejável nos setores das novas tecnologias e das indústrias verdes e azuis;

Tomaram nota, com satisfação, da realização da II Cimeira de Negócios da Confederação Empresarial da CPLP, em São Tomé, nos dias 17 e 18 de março de 2022, organizada em parceria com as autoridades santomenses, que promoveu um amplo debate sobre áreas estratégicas para o desenvolvimento económico, nomeadamente turismo sustentável, agricultura e transformação alimentar, inovação e transição digital, energia, bem como acesso ao financiamento das empresas e o apoio à internacionalização.

6. Os Ministros, no âmbito da mobilidade das pessoas, congratularam-se com o depósito dos instrumentos de ratificação do Acordo de Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP, assinado em Luanda, a 17 de julho de 2021, por parte do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal e de São Tomé e Príncipe, e com a conseqüente entrada em vigor nestes países;

Encorajaram os Estados-Membros a promover o diálogo almejando a eventual celebração de instrumentos adicionais de parceria, nos termos do Acordo e do princípio da flexibilidade variável nele consagrado;

Incentivaram a Presidência em exercício a agendar nova Reunião Técnica Conjunta sobre Mobilidade, visando a concertação sobre temas de interesse para a mobilidade, como a segurança documental, entre outros.

7. Congratularam-se com a entrada em vigor do Acordo que revê, em matéria fiscal, o Acordo entre a CPLP e a República Portuguesa sobre o estabelecimento da Sede da CPLP em Portugal, ocorrida no passado dia 26 de julho de 2021, por efeito da notificação da Representação Permanente de Portugal junto da CPLP, ao Secretariado Executivo, que haviam sido cumpridos os requisitos internos necessários para o efeito, por parte do Estado-Sede.
8. Os Ministros acolheram, com satisfação, o pronunciamento do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Namíbia em Angola, e reiteraram o seu empenho em fortalecer o diálogo e a cooperação com estes importantes parceiros.
9. Os Ministros tomaram boa nota do pronunciamento do Presidente do Fórum das Agências de Comércio e Investimento da CPLP, Eng.º António Henriques da Silva, sobre a cooperação económica da CPLP.
10. Os Ministros tomaram nota, com apreço, dos relatórios apresentados pelo Secretário Executivo da CPLP e pelo Diretor Executivo do IILP.
11. No âmbito da **concertação político-diplomática**, os Ministros:
 - i) Conscientes dos históricos laços de cooperação existente, saudaram Timor-Leste pela celebração, a 20 de maio de 2022, do XX Aniversário da Restauração da Independência, da vigência da sua Constituição, e tomada de posse do novo Chefe de Estado, eleito recentemente, felicitando o Povo Timorense pelos notáveis progressos alcançados na construção das instituições democráticas, constituindo

um exemplo na sua região na concretização e defesa da paz, dos valores democráticos, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento sustentável, em benefício da sua população.

- ii) Reafirmaram a sua solidariedade com o Governo e o Povo moçambicanos no enfrentamento do terrorismo na província de Cabo Delgado, tendo saudado o apoio dos parceiros internacionais, em especial o que tem sido provido pelos Estados-Membros, com vista à estabilização da situação de segurança, à recuperação e ao desenvolvimento socioeconómico;

Saudaram, igualmente, a ação das agências das Nações Unidas no terreno que, juntamente com parceiros humanitários, têm vindo a prestar assistência às populações afetadas.

- iii) Condenaram a tentativa falhada de tomada de poder pela força na Guiné-Bissau, ocorrida no dia 1 de fevereiro de 2022, e saudaram a resposta das autoridades nacionais que levou ao restabelecimento da ordem pública;

Apelaram à manutenção do diálogo político inclusivo, nos termos da Constituição, a fim de garantir a paz e a estabilidade no país, e tomaram nota da decisão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO de enviar uma força de estabilização na Guiné-Bissau.

- iv) Saudaram a realização da Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e Governo da União Africana sobre «Terrorismo e Mudanças Inconstitucionais de Governo em África», em Malabo, a 28 de maio de 2022, por iniciativa de Sua Excelência o Presidente da República de Angola e Presidente em exercício da CPLP, João Manuel Gonçalves Lourenço.

Neste âmbito, louvaram a designação do Chefe de Estado angolano como “Campeão da União Africana para a Paz e a Reconciliação”, devido ao seu empenho para a pacificação em África, sobretudo no quadro da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e de outras zonas do continente.

- v) Saudaram, igualmente, a realização da Cimeira Extraordinária da União Africana sobre Questões Humanitárias e Conferência de Doadores, em Malabo, a 27 de maio de 2022.
- vi) Registaram, com satisfação, a realização das atividades de formação e capacitação do Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial (2021-2022), e encorajaram as autoridades equato-guineenses a prosseguir na implementação de ações necessárias ao cumprimento de cada um dos sete eixos do referido programa (designadamente, Promoção da Língua Portuguesa, Acervo, Património Cultural, Comunicação Social, Sociedade Civil, Direitos Humanos, e Desenvolvimento Económico) e manifestaram a disponibilidade dos Estados-Membros em continuar apoiando as ações que se mostrarem necessárias a essa integração;

Tomaram boa nota e apoiaram a iniciativa da Guiné Equatorial em realizar a semana cultural da CPLP em 2023, visando a promoção da língua portuguesa e o intercâmbio de agentes culturais.

- vii) Congratularam-se com a realização de eleições regulares, livres e pacíficas nos Estados-Membros e com a legitimidade democrática daí decorrente, elemento essencial da preservação de instituições representativas, da afirmação dos direitos humanos, bem como do reforço do Estado de direito democrático;

Reafirmaram a importância das Missões de Observação Eleitoral da CPLP enquanto instrumento privilegiado de concertação político-diplomática que confere visibilidade à Organização, tanto no plano interno dos Estados-Membros como a nível internacional, tendo saudado o envio de uma MOE da CPLP às duas voltas da eleição presidencial em Timor-Leste, em 2022.

- viii) Tomaram boa nota, no âmbito dos trabalhos da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), da integração de parlamentares na MOE da CPLP à primeira volta das eleições presidenciais na República Democrática de Timor-Leste (19 de março, de 2022, bem como da realização da Reunião da Comissão 1 - Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação, em Maputo, a 19 e 20 de abril de 2022; das Reuniões da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP, por videoconferência, a 23 de março de 2022, e na Ilha de Rubane, Guiné-Bissau, de 12 a 14 de maio de 2022; da Reunião da Rede dos Jovens Parlamentares da CPLP, por videoconferência, a 13 de abril de 2022;

Saudaram a relevante iniciativa de celebração entre a República de Angola e a CPLP, de um Acordo de Sede que contribua para criar as condições técnico-jurídicas adequadas para a instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP. Para tanto recomendaram ao SECPLP, em articulação com as Autoridades angolanas e demais Estados-Membros, a ultimar a análise dos aspectos jurídicos relevantes, com vista à sua futura instalação e operacionalização em Luanda.

- ix) Incentivaram os Grupos CPLP a prosseguir a realização de atividades conjuntas com vista ao incremento da afirmação internacional da Organização e à promoção dos seus objetivos.
- x) Manifestaram preocupação com o agravamento da insegurança alimentar global provocada pelas alterações climáticas, pela pandemia da COVID-19 e pelo conflito na Ucrânia, que tendem a contribuir para a redução nos níveis de abastecimento e para a elevação de preços dos alimentos, insumos e serviços da cadeia de produção alimentar, com impactos sobretudo nos países em desenvolvimento. Recordaram, nesse sentido, a importância atribuída à Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) na definição de medidas para a erradicação da fome e da pobreza nos Estados-Membros da Comunidade.
- xi) Reafirmaram o compromisso da CPLP com o multilateralismo, no entendimento de que o diálogo é a melhor via para a criação de soluções pacíficas para todo o tipo de conflitos e para a promoção de relações de amizade e de cooperação entre os povos;

Manifestaram a sua profunda preocupação com o conflito em curso na Ucrânia, com a perda irreparável de vidas humanas e significativos danos materiais, financeiros e sociais que provoca, e, no plano internacional, pelos nefastos efeitos sobre a insegurança alimentar e o aumento acelerado de preços sobre bens essenciais, atingindo com especial severidade as nações mais desfavorecidas. Apelaram, assim, para o fim imediato do conflito, retomando-se o caminho da paz e de relações pacíficas entre os Estados, com estrita observância dos princípios do direito internacional, entre os quais, o respeito pela soberania, a integridade territorial, a resolução pacífica dos conflitos, e a autodeterminação.

- xii) Reiteraram o empenho na projeção da CPLP através da apresentação de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações internacionais, manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:
- Do Eng.º Domingos de Carvalho Viana Moreira, de Angola, do Almirante Antônio Fernando Garcez Faria, do Brasil, do Prof. Doutor Estêvão Stefane Mahanjane, de Moçambique, e do Prof. Doutor Aldino Campos, de Portugal, à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (mandato 2023-2028), nas eleições que terão lugar em Nova Iorque, de 13 a 17 de junho de 2022;
 - Do Dr. Aldo de Campos Costa, do Brasil, ao Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas (CCPR), para o mandato 2023-2026, em pleito a realizar-se em Nova Iorque, em junho de 2022;
 - Do Comandante Marzone Affonso Rêgo Gavino e do Conselheiro Thiago Poggio Pádua, ambos do Brasil, respetivamente ao Comité Técnico-Jurídico e ao Comité de Finanças da Autoridade Internacional para Fundos Marinhos (ISBA) para os mandatos 2023-2027, nas eleições previstas para julho de 2022, em Kingston;
 - Do Conselheiro João Augusto Costa Vargas, do Brasil, à Comissão do Serviço Público Internacional (ICSC), para o mandato 2023-2026, nas eleições que terão lugar em novembro de 2022, em Nova Iorque;
 - Do Brasil, ao Conselho Económico e Social (ECOSOC), para o mandato 2023-2025, nas eleições que decorrerão na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de junho de 2022;
 - Do Brasil, ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), para o mandato 2024-2026, na eleição prevista para outubro de 2023.
- xiii) Recordaram o endosso da CPLP às candidaturas de:
- Moçambique (biénio 2023-2024) e de Portugal (biénio 2027-2028) a membros não permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), nas eleições previstas para junho de 2022 e 2026; e
 - Brasil e Timor-Leste ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2024-2026, na eleição a realizar-se em outubro de 2023.
- xiv) Saudaram a reeleição do Prof. Doutor George Rodrigo Bandeira Galindo, do Brasil, e da Prof.^a Doutora Patrícia Galvão Teles, de Portugal, como membros da Comissão de Direito Internacional, para o mandato de 2023-2027.
- xv) Congratularam-se com a inscrição do «Tais» (Timor-Leste) como Património Cultural Imaterial da Humanidade, na reunião do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, realizado em 14 de dezembro de 2021.

- xvi) Reiteraram a necessidade de se avançar na reforma das Nações Unidas, em particular do CSNU, com vista a reforçar a sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e do aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão;

Tomaram nota das recomendações constantes no Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas «Nossa Agenda Comum» e comprometeram-se a contribuir para as discussões sobre a sua implementação.

Reafirmaram o seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente num Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (Salvador, 1997) e das Declarações de Chefes de Estado e de Governo aprovadas em São Tomé (2004), Bissau (2006), Lisboa (2008), Luanda (2010), Maputo (2012), Díli (2014), Brasília (2016), Santa Maria (2018) e Luanda (2021);

Renovaram o apoio à aspiração do continente africano de estar representado, com a categoria de membro permanente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme refletido no “Consenso de Ezulwini”.

- xvii) Saudaram o envolvimento dos Observadores Associados na Organização e encorajaram o reforço da cooperação através de parcerias para o desenvolvimento, projetos conjuntos e iniciativas de divulgação cultural, bem como do diálogo político e da concertação nos fora internacionais em matérias de interesse comum.
- xviii) Reiteraram o compromisso de aproximação à sociedade civil e tomaram boa nota das iniciativas desenvolvidas pelas Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP.

Decidiram aprovar a concessão da categoria de Observador Consultivo às seguintes entidades: Academia das Ciências de Lisboa; Associação Lusófona de Direito da Saúde (ALDIS); Fundação Observatório do Livro e da Leitura (FOLL); e da Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões” (UAL).

12. No âmbito da **cooperação**:

- i) Reafirmaram o seu compromisso com a defesa e a promoção dos direitos humanos no âmbito da CPLP, enquanto pilares da dignidade humana e do bem-estar das populações dos Estados-Membros, objetivo central de todos os esforços de cooperação intracomunitária.
- ii) Renovaram o compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a prossecução dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na CPLP.
- iii) Saudaram a realização da 27.^a Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que terá lugar em Sharm El-Sheikh, no Egito, entre os dias 7 e 18 de novembro de 2022, encorajando à participação dos Estados-Membros.

- iv) Saudaram a realização da XIII Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (videoconferência, 7 de fevereiro de 2022), que reforçou o compromisso de prosseguir a execução do seu programa multilateral;

Tomaram boa nota da decisão de realizar a XIV Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP e da X Edição da Bienal de Jovens Criadores da CPLP, em Cabo Verde, em novembro de 2022, e da disponibilidade de Angola em assumir a Presidência daquela reunião ministerial a partir de então.

- v) Registaram, com satisfação, a realização da XVII Conferência de Ministros da Justiça da CPLP (Luanda, 4 de março de 2022), sobre o tema «Desenvolvimento da cooperação jurídica e judiciária no combate aos crimes ambientais, em especial os crimes contra a vida selvagem», sublinhando a importância da partilha de experiências, da reflexão e avaliação conjunta de interesses comuns, e da cooperação para a consolidação dos sistemas jurídicos e judiciários dos Estados-Membros;

Tomaram boa nota da realização do evento da CPLP sobre «Desafios e Oportunidades na implementação do parágrafo 40.º da Declaração Política da UNGASS: experiências dos países de língua portuguesa» (Sharm El-Sheik, 16 de dezembro de 2021), à margem da 9.ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), coorganizado pela Presidência angolana, o Brasil e Portugal, evento que abordou, a nível técnico, as modalidades de implementação do parágrafo 40.º da Declaração Política da Sessão Especial de 2021 da AGNU contra a corrupção, onde se destaca a necessidade de resposta eficaz aos pedidos de auxílio judiciário mútuo para a recuperação de ativos, em particular quando não há condenação penal;

Tomaram ainda boa nota da realização do I Encontro da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos com a Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP (Tenerife, 6 a 8 de outubro de 2021), que promoveu o diálogo e a apresentação de possíveis áreas e mecanismos de cooperação na justiça e no sistema judiciário.

- vi) Saudaram a realização da VI Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP (Luanda, 25 de março de 2022), sobre o tema «Recuperação pós-pandémica para vencer os desafios do futuro», que aprovou o Plano de Ação 2022-2024, a Resolução sobre o Plano de Abordagem às Doenças Crónicas Não Transmissíveis na CPLP, e a realização de uma “Conferência da CPLP sobre Cuidados de Saúde Primários (CSP)”, em Luanda, até ao final de 2022, evento que se tornará uma atividade âncora daquela reunião ministerial;

Tomaram nota, com satisfação, da realização, em Luanda, da Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP - RINSP-CPLP (22 de março de 2022), que promoveu um debate sobre o estabelecimento e o reforço de Observatórios Nacionais de Iniquidades em Saúde com Base Territorial (ONIS-TO), bem como da VII Reunião do Grupo Técnico em Saúde da CPLP - GTS-CPLP (23 e 24 de março de 2022), que visou a partilha de informação e de intercâmbio de experiências com foco na recuperação pós-pandémica;

Reconheceram que os efeitos da pandemia da COVID-19 constituem desafios adicionais para o cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas e reiteraram o entendimento de que a imunização contra a COVID-19 é um bem público global e será um fator determinante para o enfrentamento dos desafios pós-pandemia, e saudaram as iniciativas de cooperação e solidariedade entre os Estados-Membros com vista à mitigação dos efeitos nefastos da pandemia, considerando a recuperação sustentável no pós-COVID-19, bem como expressaram o apoio a iniciativas de cooperação internacional que envolvem Estados-Membros da CPLP, para acelerar o desenvolvimento, produção e acesso equitativo e universal a diagnósticos, tratamentos e vacinas.

- vii) Registaram, com apreço, a realização da VI Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP (Luanda, 29 de abril de 2022), que aprovou o Plano de Trabalho 2022-2024 e a Resolução sobre o Fomento do Empreendedorismo Feminino na CPLP, e sublinhou que a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas é essencial para a plena implementação da Agenda 2030 e os ODS, bem como incentivou à criação do “Portal da CPLP para a Igualdade de Género”.
- viii) Registaram, com apreço, a realização da XI Reunião de Ministros do Turismo da CPLP (Luanda, 3 de maio de 2022), sobre o tema «A contribuição do turismo para a recuperação socioeconómica sustentável da CPLP no pós-COVID: desafios e oportunidades», que aprovou o Plano de Trabalho 2022-2024 da Presidência rotativa de Angola, alinhado com o Plano Estratégico de Cooperação em Turismo 2016-2026 (PECTUR-CPLP), reconhecendo o papel relevante que o turismo desempenha na geração de emprego, desenvolvimento da economia local, entrada de divisas e redistribuição de renda, bem como na valorização dos ativos culturais, ambientais e paisagísticos da Comunidade.
- ix) Saudaram a realização da V Reunião de Ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar (Luanda, 26 de maio de 2022), sobre o tema «Mobilizar parcerias e investimentos para o desenvolvimento sustentável dos mares da CPLP: desafios e oportunidades», que aprovou o Plano de Trabalho 2022-2024, alinhado com a Estratégia da CPLP para os Oceanos e a Resolução sobre a Criação da Plataforma de Cooperação na Promoção da Pesca Sustentável e no Combate à Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada entre os Estados-Membros da CPLP, destacando a importância da conservação e do uso sustentável do Oceano e dos seus recursos para o desenvolvimento sustentável dos Estados e da Economia Azul na criação de valor acrescentado e benefícios sociais e ambientais, por via do uso sustentável dos recursos locais disponíveis;

Assinalaram a importância da II Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que terá lugar em Lisboa, entre os dias 27 de junho e 1 de julho de 2022, numa organização conjunta de Portugal e do Quênia, em coordenação com as Nações Unidas e encorajaram a participação dos Estados-Membros, ao mais alto nível;

Nesse sentido, tomaram boa nota dos trabalhos preparatórios do evento paralelo que a CPLP irá realizar no dia 28 de junho de 2022, em parceria com Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, sobre o tema «Soluções e parcerias para promover a pesca sustentável e reforçar a implementação de

instrumentos para prevenir, dissuadir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN)»;

Tomaram igualmente boa nota da previsão da data de 29 de junho de 2022 para assinatura do instrumento para a Criação da Plataforma de Cooperação na Promoção da Pesca Sustentável e Combate à Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada entre os Estados-Membros da CPLP, na Sede da CPLP, assinalando a importância da concertação entre os Estados-Membros sobre a temática nas reuniões preparatórias de Vilankulos (híbrido), a 19 de novembro de 2021, e do Namibe (híbrido), a 18 de fevereiro de 2022;

Registaram, com apreço, a intenção de realizar da «I Conferência de Hidrografia da CPLP», numa organização conjunta do Instituto Hidrográfico de Portugal e do Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa, entre 4 e 8 de julho de 2022.

- x) Saudaram a realização da XXI Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados (cidade da Praia, 25 de maio de 2022), que deliberou a criação de um grupo de trabalho sobre o reforço da cooperação no domínio das operações de paz das Nações Unidas para a constituição de uma célula de cooperação civil militar (CIMIC) da CPLP e aprovou a “Declaração sobre o alinhamento da Presidência da Componente de Defesa com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP”;

Congratularam-se com a criação do ‘Espaço CPLP’ e da Biblioteca no Centro de Análise Estratégica e com o trabalho desenvolvido no âmbito do Fórum da Saúde Militar, e registaram, com agrado, a calendarização dos Exercícios Felino, a serem retomados em 2023, e das próximas edições do Colégio de Defesa;

Tomaram boa nota da realização da XIV e da XV Reuniões de Diretores de Política de Defesa Nacional, respetivamente, no Brasil, entre 27 e 28 outubro 2021, e em Cabo Verde, a 24 de maio de 2022; da 35.^a Reunião do Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa, em Portugal, nos dias 24 e 25 março de 2022, e da 23.^a Reunião de Chefes de Estado Maior e Generais das Forças Armadas, por videoconferência, presidida por Timor-Leste, em 20 de abril de 2022.

- xi) Congratularam-se com a realização da V Conferência Global sobre Trabalho Infantil (Durban, 16 a 20 de maio de 2022), que contou com participantes de todos os Estados-Membros e com a apresentação de uma “Declaração Conjunta da CPLP”, reiterando o compromisso no combate ao trabalho infantil, trabalho forçado, escravidão moderna e tráfico de pessoas, que tem vindo a prosseguir em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT);

Registaram, com satisfação, a realização do evento paralelo «Cooperação Sul-Sul: Boas Práticas de Inspeção do Trabalho na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil», coorganizado pelo Brasil em parceria com a Representação da OIT no Brasil e as Inspetorias do Trabalho de Cabo Verde, Portugal, Peru e Uruguai.

- xii) No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional e no seguimento da participação da CPLP na Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2021, tomaram boa nota da realização de uma missão da CPLP a

Nova Iorque para a apresentação da proposta de “Coligação para a Promoção de Sistemas Alimentares Territoriais Sustentáveis”, e exortaram o Secretariado Executivo a acompanhar ativamente os debates internacionais no âmbito dos trabalhos das agências das Nações Unidas, em Roma.

- xiii) Tomaram boa nota da realização da Reunião de Diretores de Recursos Hídricos da CPLP, realizada em Lisboa, nos dias 4 e 5 de abril de 2022, que aprovou o Plano de Ação da Rede para o biénio 2022-2024 e o plano de trabalho do projeto “Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP”, para o mesmo período.
 - xiv) Assinalaram a relevância da identificação e formação de recursos humanos especializados na gestão de crises de saúde pública (EMARESP), reiterando a necessidade de reforçar e de fortalecer os mecanismos de diálogo e a coordenação entre os Estados-Membros da CPLP, na vigilância e na resposta a emergências em Saúde Pública, incluindo epidemias e desastres, levando em conta as diretrizes aplicáveis ao sector, a constarem do documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência.
 - xv) Reconheceram a importância da realização do II Seminário Regional “MERCOSUL-CPLP: Políticas Públicas para a Promoção e Proteção das Pessoas com Deficiência”, nos dias 18 e 20 de outubro de 2021, para o compartilhamento de reflexões e de iniciativas sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na garantia de direitos das pessoas portadoras de deficiências e doenças raras.
 - xvi) Tomaram nota, com apreço, da realização da XLIII e da XLIV Reuniões de Pontos Focais de Cooperação, realizadas na Sede da CPLP, a 13 e 14 de março de 2022, e em Luanda a 31 de maio de 2022, respetivamente, que promoveram o debate sobre temas e propostas de atividades de cooperação, bem como a tomada de decisão e de acompanhamento da execução de projetos financiados pelo Fundo Especial da CPLP.
 - xvii) Registaram, com apreço, a constituição do grupo de trabalho formado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, encarregado da elaboração de proposta de documento orientador para os mecanismos de cooperação em cenários de emergência, e exortaram a Reunião de Pontos Focais de Cooperação a concluir esse instrumento com a maior brevidade possível.
13. No âmbito da **ação cultural, promoção e difusão da língua portuguesa**, os Ministros:
- i) Registaram, com satisfação, o sucesso das celebrações do Dia da Língua e da Cultura na CPLP e Dia Mundial da Língua Portuguesa, em 2022, em torno do tema «Cultura, Língua, Economia, Ciência e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável», reconhecendo o contributo multidimensional da língua portuguesa para o desenvolvimento dos povos que a falam;

Congratularam-se com as centenas de atividades e iniciativas organizadas pelos Estados-Membros, em particular pelos Grupos CPLP, Observadores Associados,

Organizações Internacionais, Observadores Consultivos e outras Organizações da Sociedade Civil;

Saudaram as comemorações da efeméride em Luanda, que contou com uma sessão solene no dia 5 de maio, e com outras iniciativas associadas à 3.^a edição da Capital da Cultura da CPLP;

Saudaram, igualmente, a realização da cerimónia solene na Sede da CPLP, em Lisboa, no dia 9 de maio, que contou com a mesa-redonda sobre «Promoção da Igualdade de Género para o Desenvolvimento Sustentável - Desafios e Oportunidades em Língua Portuguesa», assim como a realização da conferência «A Língua Portuguesa nos PALOP: o caso de Cabo Verde e a importância do português na diplomacia», na Sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), na cidade da Praia, no dia 5 de maio.

- ii) Tomaram boa nota do trabalho desenvolvido pelo IILP no planeamento e coordenação de projetos ligados ao fortalecimento da Língua Portuguesa, destacando a realização do XII Curso de Capacitação para a Elaboração de Unidades Didáticas (Bissau, 8 a 12 de novembro de 2021) e da 2.^a Formação do Projeto “Terminologias Científicas e Técnicas Comuns” (Brasília, 22 e 23 de novembro de 2021).
- iii) Assinalaram a realização da II Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola, sobre o tema «Línguas, cultura, ciência e inovação» (Brasília, 16 e 17 de fevereiro de 2022), coorganizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Cultura e a Ciência (OEI) e a CPLP, com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre estratégias para as duas línguas.
- iv) Saudaram a realização da XI Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP (videoconferência, 31 de março de 2022), que aprovou o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP 2022-2026 e o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP 2022-2024, e que contou com a realização da mesa-redonda sobre «Os desafios da reorganização curricular com vista à garantia das aprendizagens em situações de emergência na CPLP», com a participação do Bureau Internacional de Educação da UNESCO;

Tomaram boa nota da adoção de resoluções sobre a «Educação em Situações de Emergência na CPLP», a «Criação da Rede de Escolas Amigas da CPLP» e a «Promoção da Educação Inclusiva na CPLP».

- v) Felicitaram a realização da IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Luanda, 19 de janeiro de 2022), sobre o tema «O digital e a ciência nas sociedades pós-COVID19: desafios e perspetivas», destacando a aprovação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2026) e do Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2023);

Registaram, com satisfação, o lançamento do projeto de Repositório Científico da CPLP/Portal de Acesso Aberto da CPLP, instrumento que facilitará o acesso livre aos Repositórios Científicos, *softwares* livres e acervos bibliográficos da produção científica dos Estados-Membros;

Tomaram boa nota da aprovação do projeto de desenvolvimento de um estudo alargado relativo aos procedimentos de avaliação e de regulação adotados pelas Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e de regulação do Ensino Superior dos Estados-Membros da CPLP;

Saudaram a realização da III Conferência Internacional das Agências Reguladoras do Ensino Superior da CPLP (Luanda, 31 de maio de 2022), que promoveu a criação e a institucionalização do Fórum Multilateral Especializado das Agências de Avaliação e Regulação do Ensino Superior da CPLP, enquanto instância responsável pelo diálogo sobre a dupla titulação e entidade assessora da Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em matéria de promoção da qualidade das instituições de ensino superior da CPLP.

- vi) Saudaram a realização da XII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP (Luanda, 4 de maio de 2022), sob o tema «Diversidade Cultural na CPLP: desafios e perspetivas», destacando a aprovação do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2022-2026) e do Plano de Ação de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2022-2024);

Congratularam-se com a realização da III Edição da Capital da Cultura da CPLP, na cidade de Luanda, destacando iniciativas, como a Feira do Livro da CPLP, que contou com uma oferta representativa da literatura produzida nos Estados-Membros; o Encontro dos Escritores, organizado pela Comissão Temática Observadores Consultivos da CPLP para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa; o VIII Fórum do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa, dedicado ao tema do Turismo e Património; espetáculos musicais de artistas de vários países da CPLP; um Ciclo de Cinema da CPLP; uma mostra de teatro; e um ciclo de debates sobre temáticas da cultura.

14. Os Ministros aprovaram os seguintes documentos:
- a) Resolução sobre o Programa de apoio à integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022;
 - b) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
 - c) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o ano de 2023;
 - d) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do IILP para o ano de 2023;
 - e) Resolução sobre o Relatório Conjunto de Auditoria às Contas de 2020 do Secretariado Executivo da CPLP;
 - f) Resolução sobre o Relatório de Auditoria Financeira e de Conformidade ao IILP referente ao ano de 2017;
 - g) Declaração de Apreço ao Diretor Executivo do IILP, Dr. Incanha Intumbo.
15. Os Ministros aceitaram a proposta de Portugal de comunicar ao Secretariado Executivo, a breve trecho, o nome do seu candidato ao cargo de Diretor Executivo

do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) para o biénio 2023-2024, conferindo mandato ao Comité de Concertação Permanente para a eleição.

16. Os Ministros agradeceram e aceitaram a disponibilidade da República Democrática de São Tomé e Príncipe para acolher, em julho de 2023, a XXVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.
17. Os Ministros felicitaram o Governo da República de Angola, na pessoa do Ministro Tété António, pela organização da XXVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito em 3 de junho de 2022.

Pela República de Angola

Tété António
Ministro das Relações Exteriores

Pela República Federativa do Brasil

Carlos Alberto Franco França
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pela República de Cabo Verde

Rui Alberto de Figueiredo Soares
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação
e Integração Regional

*Pela República da Guiné-Bissau, em representação
da Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros,
da Cooperação Internacional e das Comunidades,
Suzi Carla Barbosa*

Apolinário Mendes de Carvalho
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
em Angola

*Pela República da Guiné Equatorial, em representação
do Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação,
Simeón Oyono Esono Angué*

*Pela República de Moçambique, em representação
da Ministra dos Negócios Estrangeiros e
Cooperação, Verónica Nataniel Macamo Ndlhovo,*

Tito Mba Ada
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em
Portugal e Representante Permanente junto da
CPLP

Carmelita Rita Namashulua
Ministra da Educação e Desenvolvimento
Humano

Pela República Portuguesa

João Gomes Cravinho
Ministro dos Negócios Estrangeiros

*Pela República Democrática de Timor-Leste, em
representação de Adaljiza Albertina Xavier Reis
Magno, Ministra dos Negócios Estrangeiros e
Cooperação*

Marina Ribeiro Alkatiri
Representante Permanente junto da CPLP

*Pela República Democrática de São Tomé
e Príncipe*

Edite Ramos da Costa Ten Jua
Ministra dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Comunidades,